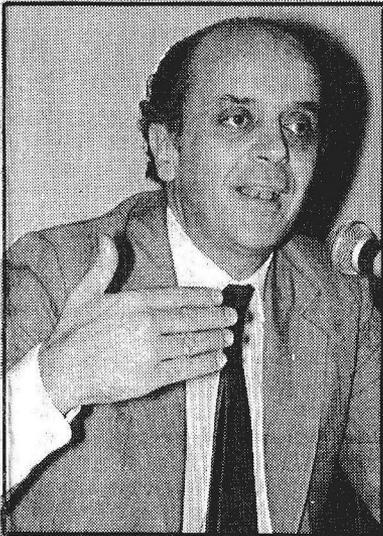
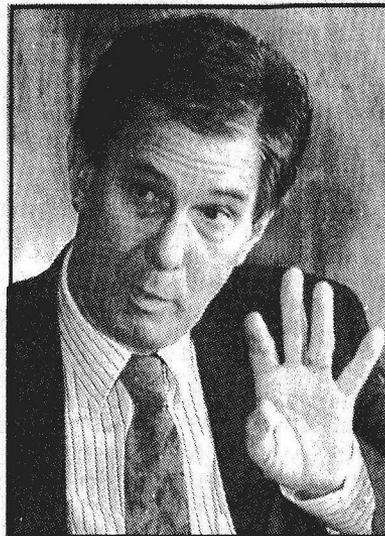


Maia: Legislativo despreparado



Serra: desrespeito à Constituição



lbsen: novos repasses ao Tesouro



Carvalho: Presidente da Comissão

## Parlamentares economistas não assinam em branco

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Os parlamentares não estão dispostos a “engolir” a proposta orçamentária apresentada pelo Executivo. Os debates esquentarão nos próximos dias, porque há reclamações contra a subestimação das receitas, impropriedades técnicas e constitucionais e o “cheque em branco” pretendido pela equipe econômica para corrigir dotações sem autorização legislativa.

Estes são alguns dos pontos fracos do Orçamento identificados por parlamentares economistas. Na primeira reunião da Comissão Mista, semana passada, outro item foi levantado e empurra o Legislativo contra a parede: o refinanciamento da dívida dos Estados e Municípios. A proposta do Executivo não contempla recursos para governadores e prefeitos refinanciarem débitos às custas do Tesouro. Os políticos devem encontrar a saída, sem provocar déficits nas contas públicas.

O Deputado César Maia (PDT-RJ)

chama a atenção para problemas como a exclusão na versão orçamentária do total de recursos que serão consumidos com a dívida pública. O Executivo limitou-se a incluir as despesas, a partir de setembro e até dezembro do próximo ano, para devolução dos cruzados novos retidos no Banco Central, cerca de Cr\$ 2 bilhões. A rolagem e o resgate da dívida ao longo do ano não precisam ser contabilizadas, segundo o Secretário Nacional de Planejamento, Marcos Gianetti. Trata-se, na sua opinião, de uma “operação de convolção”, que traduziu como “de simples troca”. Assim, se o Governo está trocando um título por outro, não se altera o quadro. Os parlamentares, no entanto, não concordam:

— E as despesas com o pagamento dos juros? — indaga César Maia.

Os políticos questionam, ainda, a transferência brutal de recursos do Orçamento da Seguridade Social (fruto do pagamento das contribuições trabalhistas, lucro das empresas e Finsocial) ao Orçamento Fiscal. A equipe técnica se defende alegan-

do que, quando os recursos chegam ao Tesouro, não pode haver carimbo, respeitando sempre a legislação.

Ao Deputado José Serra (PSDB-SP), autor de mais de uma dezena de emendas, não é só isso que preocupa. Na sua análise do orçamento, aponta um gritante desrespeito à Constituição com a inclusão no Orçamento dos Fundos de Investimento, suspensos desde a adoção do programa de estabilização, e informações pouco claras sobre o desempenho das receitas e despesas. Enquanto defende uma nova Lei para os Fundos, o Secretário de Planejamento entende que a Lei Orçamentária é suficiente para revalidar todos os Fundos.

O novo Orçamento, que será decidido pela Comissão Mista, também deverá espelhar uma realidade diversa da pretendida pelas autoridades econômicas para a revisão das dotações Orçamentárias. O Deputado José Serra (PSDB-SP) é contra o “cheque em branco” pretendido pelo Governo. O Ministério da Economia, como interpreta, pode corrigir as do-

tações sem a prévia autorização do Congresso.

As questões de natureza econômica passam despercebidas pela maioria dos políticos. Um assessor parlamentar, experiente em questões orçamentárias, limita em não mais do que duas dezenas o número de deputados e senadores capazes de garantir uma abordagem técnica nos debates. O Deputado César Maia concorda:

— Vivemos um aprendizado do processo orçamentário. O Legislativo não está preparado nem técnica nem culturalmente.

Também o Deputado Osmundo Rebouças, que tentou mas não conseguiu uma vaga na Comissão Mista, prevê muitas dificuldades em torno de uma proposta comum de alteração do Orçamento.

— Aqui a maioria não olha o cardume, mas apenas o seu peixe — exemplificou, para demonstrar que “a preocupação não é com os interesses do País, mas de brigar por um pouco mais de recursos para uma obra no seu Estado”.